

CAPÍTULO UM

A FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR*

A filosofia da educação entendida como reflexão sobre os problemas que surgem nas atividades educacionais, seu significado e função.

O objetivo deste texto é explicitar o sentido e a tarefa da filosofia na educação. Em que a filosofia poderá ajudar-nos a entender o fenômeno da educação? Ou, melhor dizendo: se pretendemos ser educadores, de que maneira e em que medida a filosofia poderá contribuir para que alcancemos o nosso objetivo? Na verdade, a expressão “filosofia da educação” é conhecida de todos. Qual é, entretanto, o seu significado? Aceita-se correntemente como inquestionável a existência de uma dimensão filosófica na educação. Diz-se que toda educação deve ter uma orientação filosófica. Admite-se também que a filosofia desempenha papel imprescindível na formação do educador. Tanto assim é que a filosofia da educação figura como disciplina obrigatória do currículo mínimo dos cursos de pedagogia. Mas em que se baseia essa importância concedida à filosofia? Teria ela bases reais ou seria mero fruto da tradição? Será que o educador precisa realmente da filosofia? Que é que determina essa necessidade? Em outros termos: que é que leva o educador a filosofar? Ao colocar essa questão, nós estamos nos interrogando sobre o significado e a função da filosofia em si mesma. Poderíamos, pois, extrapolar o âmbito do educador e

* Escrito em 1973 como texto didático para os alunos da disciplina filosofia da educação I, do curso de pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Publicado na revista *Didata*, n. 1, janeiro de 1975.

perguntar genericamente: que é que leva o homem a filosofar? Com isso estamos em busca do ponto de partida da filosofia, ou seja, procuramos determinar aquilo que provoca o surgimento dessa atitude não habitual, não espontânea à existência humana. Com efeito, todos e cada um de nós nos descobrimos existindo no mundo (existência que é agir, sentir, pensar). Tal existência transcorre normalmente, espontaneamente, até que algo interrompe o seu curso, interfere no processo alterando a sua sequência natural. Aí, então, o homem é levado, é obrigado mesmo, a deter-se e examinar, procurar descobrir o que é esse algo. E é a partir desse momento que ele começa a filosofar. O ponto de partida da filosofia é, pois, esse algo a que damos o nome de problema. Eis, pois, o objeto da filosofia, aquilo de que trata a filosofia, aquilo que leva o homem a filosofar: são os problemas que o homem enfrenta no transcurso de sua existência.

1. NOÇÃO DE PROBLEMA

Mas que é que se entende por problema? Tão habituados estamos ao uso dessa palavra que receio já tenhamos perdido de vista o seu significado.

1.1. Os Usos Correntes da Palavra "Problema"

Um dos usos mais frequentes da palavra "problema" é, por exemplo, aquele que a considera como sinônimo de questão. Nesse sentido, qualquer pergunta, qualquer indagação é considerada problema. Essa identificação resulta, porém, insuficiente para revelar o verdadeiro caráter, isto é, a especificidade do problema. Com efeito, se eu pergunto a um dos leitores: "Quantos anos você tem?", parece claro que eu lhe estou propondo uma questão; e parece igualmente claro que isso não traz qualquer conotação problemática. Na verdade, a resposta será simples e imediata. Não se conclua daí, todavia, que a

especificidade do problema consiste no elevado grau de complexidade que uma questão comporta. Nesse caso estariam excluídos da noção de problema as questões simples, reservando-se aquele nome apenas para as questões complexas. Não se trata disso. Por mais que elevemos o grau de complexidade, mesmo que alcemos a complexidade de uma questão a um grau infinito, não é isso que irá caracterizá-la como problema. Se eu complico a pergunta feita ao meu suposto leitor e lhe solicito determinar quantos meses ou, mesmo, quantos segundos perfazem a sua existência, ainda assim não estamos diante de algo problemático. A resposta não será simples e imediata, mas nem por isso o referido leitor se perturbará. Provavelmente, retrucará com segurança: "Dê-me tempo para fazer os cálculos e lhe apresentarei a resposta"; ou então: "Uma questão como essa é totalmente destituída de interesse; não vale a pena perder tempo com ela". Note-se que o uso da palavra "problema" para designar os exercícios escolares (de modo especial os de matemática) se enquadra nessa primeira acepção. São, com efeito, questões. E mais, questões cujas respostas são de antemão conhecidas. Isso é evidente em relação ao professor, mas não deixa de ocorrer também no que diz respeito ao aluno. Na verdade, o aluno sabe que o professor sabe a resposta; e sabe também que, se ele aplicar os procedimentos transmitidos na sequência das aulas, a resposta será obtida com certeza. Se algum problema ele tem, não se trata aí do desconhecimento das respostas às questões propostas mas, eventualmente, da necessidade de saber quais as possíveis consequências que poderá acarretar o fato de não aplicar os procedimentos transmitidos nas aulas. Isto, porém, será esclarecido mais adiante. O que gostaria de deixar claro no momento é que uma questão, em si, não é suficiente para caracterizar o significado da palavra "problema". Isto porque uma questão pode comportar (e o comporta com frequência, segundo se explicou anteriormente) resposta já conhecida. E quando a resposta é desconhecida? Estaríamos aí diante de um problema? Aqui, porém, nós já estamos abordando uma segunda forma do uso comum e corrente da palavra. Trata-se do problema como não saber.

De acordo com essa acepção, problema significa tudo aquilo que se desconhece. Ou, como dizem os dicionários, “coisa inexplicável, incompreensível” (cf. CALDAS AULETE, 1970, p. 2.946). Levada ao extremo, tal interpretação acaba por identificar o termo “problema” com mistério, enigma (o que também pode ser comprovado numa consulta aos dicionários). No entanto, ainda aqui, o fato de desconhecermos algo, a circunstância de não sabermos a resposta a determinada questão, não é suficiente para caracterizar o problema. Com efeito, se retomo o diálogo com o meu suposto leitor e lhe pergunto agora: “Quais os nomes de cada uma das ilhas que compõem o arquipélago das Filipinas?” (cerca de 7.100 ilhas). Ou: “Quais os nomes de cada uma das Ilhas Virgens (cerca de 53), território do Mar das Antilhas incorporado aos Estados Unidos?”. Com certeza, o referido leitor não saberá responder a essas perguntas e, mesmo, é possível que nem sequer soubesse da existência das tais Ilhas Virgens. É evidente, contudo, que essa situação não se configura como problemática. E quando o não saber é levado a um grau extremo, implicando a impossibilidade absoluta do saber, configura-se, como já se disse, o mistério. Mistério, porém, não é sinônimo de problema. É, ao contrário e frequentemente, a solução do problema e, quiçá, de todos os problemas. Dá prova disso a experiência religiosa. A atitude de fé implica a aceitação do mistério. O homem de fé vive da confiança no desconhecido ou, melhor dizendo, no incognoscível. Esta é a fonte da qual brota a solução para todos os problemas. Com isso não quero dizer que a atitude de fé não possa revestir-se, em determinadas circunstâncias, de certo caráter problemático. Apenas quero frisar que o problema não está na aceitação do mistério, na confiança no incognoscível. Esta é uma necessidade inerente ao ato de fé. O problema da atitude de fé estará no fato de que essa necessidade não possa ser satisfeita, ou seja, na possibilidade de que a confiança no incognoscível venha a ser abalada.

Em suma, as coisas que nós ignoramos são muitas e nós sabemos disso. Todavia, esse fato, como também a consciência desse fato, ou mesmo a aceitação da existência de fenômenos que ultra-

passam irredutivelmente e de modo absoluto a nossa capacidade de conhecimento, nada disso é suficiente para caracterizar o significado essencial que a palavra “problema” encerra.

O uso comum do termo, cujo significado fundamental estamos buscando, registra outros vocábulos tais como obstáculo, dificuldade, dúvida etc. Não é preciso, porém, muita argúcia para se perceber a insuficiência deles diante do objetivo de nossa busca. Existem muitos obstáculos que não constituem problema algum. Quanto ao vocábulo “dificuldade”, é interessante notar as seguintes definições de “problema”, encontradas nos dicionários: “coisa de difícil explicação” (CALDAS AULETE, 1970) e questão “difícil de explicar” (cf. FERREIRA, 1999, p. 1.640). Julgo supérfluo comentar semelhantes definições, uma vez que as considerações anteriores já evidenciaram suficientemente que não é o grau de dificuldade (mesmo que seja elevado ao infinito) que permite considerar algo como problemático. Por fim, a dúvida tem, a partir de sua etimologia, o significado de uma dupla possibilidade. Implica, pois, a existência de duas hipóteses em princípio igualmente válidas, embora mutuamente excludentes. Ora, em determinadas circunstâncias é perfeitamente possível manter as duas hipóteses sem que isso represente problema algum. O ceticismo é um exemplo típico. A vida cotidiana assim como a história da ciência e da filosofia nos oferecem inúmeras ilustrações da “dúvida não problemática”. Tomemos apenas um exemplo da experiência cotidiana: imaginemos dois garotos caminhando em direção à escola; a cem metros desta, um deles lança ao outro o seguinte desafio: “Duvido que você seja capaz de chegar antes de mim”. Nessa frase, ambas as hipóteses, ou seja, “você é capaz” e “você não é capaz” são igualmente admissíveis, embora mutuamente excludentes. Ao dizer “duvido”, o desafiante estava indicando: “Não nego, em princípio, a sua capacidade; mas, até que você me demonstre o contrário, não posso tampouco admiti-la”. O desafiado poderá aceitar o desafio e uma das hipóteses será comprovada, dissipando-se conseqüentemente a dúvida. Poderá, contudo, não aceitar e a dúvida persistirá sem que isso implique problema algum.

1.2. Necessidade de se Recuperar a Problematicidade do "Problema"

Notamos, pois, que o uso comum e corrente da palavra "problema" acaba por nos conduzir à seguinte conclusão, aparentemente incongruente: "O problema não é problemático". Isto permitiu a Julián Marías afirmar:

Os últimos séculos da história europeia abusaram levemente da denominação "problema"; qualificando assim toda pergunta, o homem moderno, e principalmente a partir do último século, habituou-se a viver tranquilamente entre problemas, distraído do dramatismo de uma situação quando esta se torna problemática, isto é, quando não se pode estar nela e por isso exige uma solução [MARIAS, 1966, p. 22].

Se o problema deixou de ser problemático, cumpre, então, recuperar a problematicidade do problema. Estamos aqui diante de uma situação que ilustra com propriedade o processo global no qual se desenrola a existência humana. Examinamos alguns fenômenos, ou seja, algumas formas de manifestação do problema. No entanto, o fenômeno, ao mesmo tempo em que revela (manifesta) a essência, esconde-a. Trata-se daquilo a que Karel Kosik (1969, especialmente pp. 9-20) denominou "o mundo da pseudoconcreticidade". Importa destruir essa "pseudoconcreticidade" a fim de captar a verdadeira concreticidade. Esta é a tarefa da ciência e da filosofia. Ora, captar a verdadeira concreticidade não é outra coisa senão captar a essência. Não se trata, porém, de algo subsistente em si e por si que esteja oculto por detrás da cortina dos fenômenos. A essência é um produto do modo pelo qual o homem produz sua própria existência. Quando o homem considera as manifestações de sua própria existência como algo desligado dela, ou seja, como algo independente do processo que as produziu, ele está vivendo no mundo da "pseudoconcreticidade". Ele toma como essência aquilo que é apenas fenômeno, isto é, aquilo que é apenas manifestação da essência. No caso que estamos exami-

nando, ele toma por problema aquilo que é apenas manifestação do problema.

Após essas considerações, cabe perguntar agora: qual é, então, a essência do problema? No processo de produção de sua própria existência, o homem defronta-se com situações ineludíveis, isto é: enfrenta necessidades de cuja satisfação depende a continuidade mesma da existência (não confundir existência, aqui empregada, com subsistência no estrito sentido econômico do termo). Ora, esse conceito de necessidade é fundamental para se entender o significado essencial da palavra "problema". Trata-se, pois, de algo muito simples, embora frequentemente ignorado. A essência do problema é a necessidade. Com isso é possível agora destruir a "pseudoconcreticidade" e captar a verdadeira "concreticidade". Com isso, o fenômeno pode revelar a essência e não apenas ocultá-la. Com isso nós podemos, enfim, recuperar os usos correntes do termo "problema", superando as suas insuficiências ao referi-los à nota essencial que lhes impregna de problematicidade: a necessidade. Assim, uma questão, em si, não caracteriza o problema, nem mesmo aquela cuja resposta é desconhecida; mas uma questão cuja resposta se desconhece e se necessita conhecer, eis aí um problema. Algo que eu não sei não é problema; mas quando eu ignoro alguma coisa que eu preciso saber, eis-me, então, diante de um problema. Da mesma forma, um obstáculo que é necessário transpor, uma dificuldade que precisa ser superada, uma dúvida que não pode deixar de ser dissipada são situações que se nos configuram como verdadeiramente problemáticas.

A esta altura, é importante evitar uma possível confusão. Se consignei como nota definitiva fundamental do conceito de problema a necessidade, não se creia com isso que estou subjetivando o significado do problema. Tal confusão é possível uma vez que o termômetro imediato da noção de necessidade é a experiência individual, o que pode fazer oscilar enormemente o conceito de problema em função da diversidade de indivíduos e da multiplicidade de circunstâncias pelas quais transita diariamente cada indivíduo. Deve-se notar, contudo, que o problema, assim como qualquer ou-

tro aspecto da existência humana, apresenta um lado subjetivo e um lado objetivo, intimamente conexions numa unidade dialética. Com efeito, o homem constrói a sua existência, mas o faz a partir de circunstâncias dadas, objetivamente determinadas. Além disso, é, ele próprio, um ser objetivo sem o que não seria real. A verdadeira compreensão do conceito de problema supõe, como já foi dito, a necessidade. Esta só pode existir se ascender ao plano consciente, ou seja, se for sentida pelo homem como tal (aspecto subjetivo); há, porém, circunstâncias concretas que objetivizam a necessidade sentida, tornando possível, de um lado, avaliar o seu caráter real ou suposto (fictício) e, de outro, prover os meios de satisfazê-la. Diria, pois, que o conceito de problema implica tanto a conscientização de uma situação de necessidade (aspecto subjetivo) como uma situação conscientizadora da necessidade (aspecto objetivo).

Essas observações foram necessárias a fim de tornar compreensível o uso de expressões como "pseudoconcreticidade" e, no caso específico, "pseudoproblema". Na verdade, se problema é aquela necessidade que cada indivíduo sente, não teria sentido falar em "pseudoproblema". O problema existiria toda vez que cada indivíduo o sentisse como tal, não importando as circunstâncias de manifestação do fenómeno. Sabemos, porém, que uma reflexão sobre as condições objetivas em que os homens produzem a própria existência nos permite detectar a ocorrência daquilo que está sendo denominado "pseudoproblema". A estrutura escolar (em geral por reflexo da estrutura social) é fértil em exemplos dessa natureza. Muitas das questões que integram os currículos escolares são destituídas de conteúdo problemático, podendo-se aplicar a elas aquilo que disse a propósito dos exercícios escolares: "se algum problema o aluno tem, não se trata aí do desconhecimento das respostas às questões propostas mas, eventualmente, da necessidade de saber quais as possíveis consequências que lhe poderá acarretar o fato de não aplicar os procedimentos transmitidos nas aulas". Toda uma série de mecanismos artificiais é desencadeada como resposta ao caráter artificioso das questões propostas. O referido caráter artificioso configura, evidentemente, o que denomino "pseudoproblema". Um

raciocínio extremado tornará óbvio o que acabo de dizer: suponhamos que as 7.100 ilhas do arquipélago das Filipinas tenham, cada uma, um nome determinado. Suponhamos, ainda, que um professor de geografia exija de seus alunos o conhecimento de todos esses nomes. Os alunos estarão, então, diante de um problema: como conseguir a aprovação diante dessa exigência? Uma vez que eles não necessitam saber os nomes das ilhas (isso não é problema), mas precisam ser aprovados, partirão em busca dos artifícios (“pseudossoluções”) que lhes garantam a aprovação. Está aberto o caminho para a fraude, para a impostura. Com esse fenômeno estão relacionados os ditos já generalizados, como: “os alunos aprendem apesar dos professores”, ou “a única vez que a minha educação foi interrompida foi quando estive na escola” (Bernard Shaw)¹.

O “pseudoproblema”, como já se disse, é possível em virtude de que os fenômenos não apenas revelam a essência, mas também a ocultam. A consciência dessa possibilidade torna imprescindível um exame detido das condições objetivas em que se desenvolve a nossa atividade educativa.

Em suma: “problema”, apesar do desgaste determinado pelo uso excessivo do termo, possui um sentido profundamente vital e altamente dramático para a existência humana, pois indica uma situação de impasse. Trata-se de uma necessidade que se impõe objetivamente e é assumida subjetivamente. O afrontamento, pelo homem, dos problemas que a realidade apresenta, eis aí o que é a filosofia. Isto significa, então, que a filosofia não se caracteriza por um conteúdo específico, mas ela é, fundamentalmente, uma atitude; uma atitude que o homem toma perante a realidade. Ao desafio da realidade, representado pelo problema, o homem responde com a reflexão.

1. Cf. Postman & Weingartner, 1971, p. 77. Recomendo a leitura de todo o capítulo IV (“Em busca da relevância”, pp. 65-87), onde são encontrados diversos exemplos de “pseudoproblemas”.

Dermeval Saviani

Educação

Do senso comum à
consciência filosófica

19ª edição

AUTORES
ASSOCIADOS 